

## ANÁLISE DE CONTEÚDO

### RESUMO

Este estudo introduz as várias definições e tipos de análise de conteúdo. Este tipo de análise historicamente apresenta-se como uma abordagem quantitativa para a análise de dados e atualmente mostra-se como uma abordagem qualitativa. Os tipos mais comuns são a análise conceitual e a relacional. Esta última recebe influências da linguística, cognição e de modelos mentais e subdivide-se na extração afetiva, na análise de proximidade e mapeamento cognitivo. Quanto à importância deste tipo de análise, tem-se que esta tem caráter quantitativo e qualitativo e por esta última abordagem pode-se empregá-la para identificação de hipóteses, de constructos teóricos ou mesmo de modelos que, em seguida, poderão ser testados por técnicas estatísticas multivariadas, ou mesmo, por experimentos.

## CONTENT ANALYSIS

### ABSTRACT

This study introduces the various definitions and types of content analysis. This type of analysis historically presents itself as a quantitative approach to data analysis and currently shows up as a qualitative approach. The most common types are the conceptual and relational analysis. The latter receives influences of linguistic, cognitive and mental models and it is subdivided in affective extraction, analysis of proximity and cognitive mapping. Regarding the importance of this type of analysis, we have quantitative and qualitative character and the latter approach can be used to identify hypotheses, theoretical constructs or even models that can be tested by multivariate statistical techniques or even by experiments.

George Bedinelli Rossi<sup>1</sup>  
Francisco Antonio Serralvo<sup>2</sup>  
Belmiro Nascimento João<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Professor da Universidade de São Paulo – USP. Brasil. E-mail: [gbrossi@usp.br](mailto:gbrossi@usp.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Brasil. E-mail: [serralvo@pucsp.br](mailto:serralvo@pucsp.br)

<sup>3</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Brasil. E-mail: [serralvo@pucsp.br](mailto:serralvo@pucsp.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Sendo este tópico amplo em demasia, pretende-se aqui expor de maneira não exaustiva as metodologias mais comuns. Este estudo visa apresentar algumas das mais comuns metodologias, ou estratégias, para a realização de Análise de Conteúdo, não sendo, assim, exaustiva, ou seja, não se apresentará todas as variações e métodos deste tipo de análise, isto somente seria possível com um livro. A análise de conteúdo embora tradicionalmente seja uma técnica quantitativa, há também a qualitativa que vem tomando vulto nos últimos anos (GRANEHEIM, LUNDMAN, 2003).

Uma importante questão quanto à realização de análise de conteúdo é a decisão se a análise terá por foco conteúdo latente ou manifesto. Análises referentes ao que o texto diz lidam com descrição visível e componentes óbvios referem-se a conteúdos manifestos que são contáveis, uma abordagem quantitativa de análise de conteúdo. Por outro lado, análises quanto ao que o texto apresenta lidam com aspectos de relações e envolvem a interpretação de significados ocultos do texto que são referenciados como conteúdo latente, abordagem qualitativa (DOWNE-WAMBOLDT, 1992, KONDRACKI et al., 2002). Ambas as abordagens, latente e manifesto, lidam com interpretação, mas a interpretação varia em profundidade e nível de abstração. Assim sendo, a primeira decisão quanto à análise de conteúdo é se esta será quantitativa ou qualitativa ou se fará uso de ambas (BABBIE, 1998).

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta sessão, apresenta-se a origem, histórico e evolução da Análise de conteúdo para contextualizar seus usos para, em seguida, revelar as definições e tipos ou metodologias mais comuns desta análise.

### 2.1 Origem, Histórico e Evolução da Análise de Conteúdo

Análise de conteúdo tem longa história em pesquisa, começando no século 18 na Escandinávia (ROSENGREN, 1981). Nos Estados Unidos da América, o desenvolvimento da análise de conteúdo como método científico rigoroso tem início durante a Segunda Guerra Mundial quando o Governo Norte-Americano patrocina projeto sob a direção de Harold Lasswell para avaliar e analisar a propaganda inimiga. Os recursos alocados para a pesquisa e avanços metodológicos no contexto dos problemas sob investigação contribuíram de forma significativa para a emergência da metodologia na análise de conteúdo. Um dos resultados deste projeto o livro “LANGUAGE

OF POLITICS” publicado nos anos `40 é, ainda hoje, um clássico (WOODRUM, 1984).

Inicialmente, análise de conteúdo como método de pesquisa era usada tanto qualitativamente como quantitativamente (BERELSON, 1952). Em seguida, análise de conteúdo é usada primariamente como método quantitativo de pesquisa, com dados de texto codificados em categorias explícitas e, em seguida, descritos com o uso de estatística. Abordagem conhecida, às vezes, por análise quantitativa de dados qualitativos (MORGAN, 1993).

Mais recentemente, o potencial da análise de conteúdo como método de análise qualitativa tem sido reconhecido levando ao aumento de suas aplicações e popularização (NANDY e SARVELA, 1997). Hsieh e Shanon (2005) definem análise de conteúdo qualitativa como um método de pesquisa para a interpretação subjetiva do conteúdo de dados de texto por meio de processos de classificação sistemática de codificação e da identificação de temas ou padrões.

### 2.2 Definições de Análise de Conteúdo

Formalmente, análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para obter inferências válidas e replicáveis dos dados em seu contexto (KRIPPENDORFF, 1980). Esta definição engloba as de Lasswell (1968), Berelson (1952) e Holsti (1969).

Lasswell (1968) define análise de conteúdo como uma técnica que enfatiza a quantificação do “o que” a mensagem comunica e apresenta sua clássica formulação: QUEM diz O QUE para QUEM com QUAL EFEITO? Para Berelson (1952) análise de conteúdo é uma técnica quantitativa, sistemática e objetiva que descreve o conteúdo manifesto de uma comunicação.

Por quantitativa entende-se a contagem de ocorrências relevantes ao pesquisador. Sistemática no sentido de que o pesquisador precisa contar todos os aspectos relevantes da amostra; e não arbitrariamente selecionar aspectos a serem generalizados. É objetiva no sentido de que as unidades selecionadas para análise e a formação de categorias devem ser claramente definidas segundo um critério. E, por manifesto entende-se que se conta o que é tangível e observável. O que se pode contar e a frequência com que uma palavra ocorre (GAO, 1996).

E, Holsti (1969) acrescenta antecedentes como “quem”, a fonte de comunicação, o “porque”, o processo de codificação, o “como”, o canal de comunicação, e as consequências ou efeitos que tem no “receptor da mensagem”.

Embora as concepções tradicionais de conteúdo (o que) e o contexto da comunicação (quem diz o que para quem) são comuns em análise de conteúdo, a definição formal engloba outras circunstâncias e contextos da comunicação como a psicanalítica (as condições psicológicas que explica

uma declaração específica), institucional (interesses socioeconômicos que sublinham uma determinada comunicação como um programa de televisão) e cultural (funções que servem a ritual particular) (KRIPPENDORFF, 1980).

E, Lal Das e Bhaskaran (2008) descrevem análise de conteúdo como o estudo científico do conteúdo da comunicação, é assim, o estudo do conteúdo com referência aos significados, contextos e intenções contidos na mensagem. Conteúdo denota o que está contido e análise de conteúdo é a análise do que está contido na mensagem.

Kerlinger (1973) avança a discussão asseverando que análise de conteúdo é a interface da observação e a análise de documentos. Define como um método de observação no sentido de em vez de solicitar às pessoas que respondam perguntas, obtém as comunicações que as pessoas produziram e faz perguntas sobre a comunicação. É, desta feita, um método discreto ou não reativo, isto é, é um método que não interage com os pesquisados e, assim, elimina possíveis vieses.

Um exame das definições supracitadas mostra ênfase colocada em aspectos como objetividade, quantificação, contexto e validade sendo esta última com referência às inferências retiradas, ou feitas, do conteúdo da comunicação em respeito ao emissor, a mensagem ou o receptor da mensagem. Assim, análise de conteúdo refere-se a fazer inferências válidas, replicáveis e objetivas em relação a mensagens com base em regras explícitas (LAL DAS e BHASKARAN, 2008).

Os materiais para análise de conteúdo podem ser cartas, diários, conteúdo de jornais, músicas, histórias curtas, mensagens de rádios, televisão, documentos, textos ou qualquer outro símbolo (KLEINNIJENHUIS et al., 2011)

### 2.3 Tipos de Análise de Conteúdo Quantitativa

Há duas categorias genéricas de análise de conteúdo quantitativa: A Análise conceitual e a relacional (BUSCH et al., 1994-2012)

#### 2.3.1 Análise de Conteúdo conceitual

Tradicionalmente, análise de conteúdo tem sido abordada como conceitual na qual um conceito é escolhido para exame e a análise envolve a quantificação ou a marcação desse conceito. A ênfase é verificar a ocorrência de termos selecionados dentro de um texto ou textos sendo estes implícitos ou explícitos (PALMQUIST, CARLEY e DALE, 1997; SMITH, 1997).

- **Métodos de Análise Conceitual.**

Análise conceitual começa com a identificação da questão de pesquisa e a escolha da amostra ou amostras. Uma vez feita a escolha, o texto precisa ser codificado em categorias de conteúdos. O processo de codificação é basicamente de redução seletiva. Pela redução do texto em categorias consistindo de palavra, conjunto de palavras ou frases, o pesquisador pode focar, e codificar, palavras específicas ou padrões que são indicativos da questão de pesquisa.

Um exemplo pode ser o exame de discursos políticos de um candidato à presidência da república relativo a saúde pública com a codificação da existência de certas palavras. Ao se analisar estes discursos, a questão de pesquisa pode envolver o exame de palavras positivas para descrever o plano do referido candidato e o número de palavras negativas usadas para descrever o status atual da saúde pública no Brasil. O pesquisador poderá estar interessado somente na quantificação dessas palavras, e não no exame de como se relacionam, o que é a função da análise relacional. Na análise conceitual, o pesquisador simplesmente quer examinar a presença de palavras relativas com sua questão de pesquisa. Ou seja, há uma presença forte de palavras positivas ou negativas usadas com relação a proposta ou aos planos existentes.

- **Etapas na condução de análise conceitual.**

Estas etapas envolvem a codificação de um texto ou conjunto de textos. Um texto, ou conjunto de textos, pode ser inclusive as anotações das entrevistas individuais ou em grupo.

- **Estabeleça o nível de análise:** Primeiramente, deve-se decidir o nível de análise que pode ser a codificação de uma simples palavra ou um conjunto de palavras ou frases. No exemplo acima, uma palavra pode ser “CARO” ou um conjunto como “ASSITÊNCIA MÉDICA PARA TODOS”.
- **Decida quantos conceitos codificar:** Deve-se agora decidir quantos conceitos diferentes serão codificados. Isto envolve o desenvolvimento de um conjunto de conceitos e categorias pré-definidos ou interativos. Aqui, decide-se se todas as frases e palavras positivas e negativas serão codificadas ou se somente aquelas que o pesquisador julgar mais relevantes. Em seguida, com este número pré-definido deve-se decidir quanto de flexibilidade será permitido na codificação. Deve-se, agora, determinar se somente as categorias pré-definidas serão codificadas ou se outras categorias não incluídas

inicialmente serão acrescentadas na análise. Esta determinação de quantos conceitos ou conjuntos de conceitos permitem ao pesquisador examinar um texto para coisas específicas mantendo-o focado. A incorporação de novos conceitos (flexibilidade) permite a inclusão de materiais na codificação que podem ser importantes para o resultado final.

- **Decidir se a codificação de conceitos será por existência ou frequência:** Depois de escolhidos o número ou conjunto de conceitos escolhidos para a codificação, o pesquisador deve decidir se codificará somente a existência ou a frequência. Quando se codifica pela existência, “CARO” é contado somente uma vez, independente de quantas vezes apareça no texto. Isto é um procedimento muito básico do processo de codificação e fornecerá ao pesquisador uma perspectiva muito limitada do texto. Por outro lado, o número de vezes com que um conceito aparece no texto pode ser uma indicação da importância do conceito. Assim, se o conceito “CARO” aparece 75 vezes em um texto e “ASSISTÊNCIA MÉDICA PARA TODOS” aparece 30 vezes, o pesquisador pode interpretar que a ênfase está nos benefícios econômicos. Porém, se a opção for pela existência, tal conclusão não será possível, pois, somente haverá uma ocorrência.
- **Decidir como serão distinguidos os conceitos:** Deve-se, agora, decidir-se pelo nível de generalização dos conceitos, ou seja, os conceitos serão codificados exatamente como aparecem ou se poderão ser contados como iguais mesmo que aparecem em diferentes formas. No exemplo, “CARO” pode aparecer como “ONEROSO” ou mesmo “SALGADO”. Assim, o pesquisador deve decidir se estas palavras significam a mesma coisa ou se os significados são radicalmente diferentes. Isto implica mais do que simples diferenças semânticas, pois, pode levar o pesquisador a considerar todas as palavras que implicam “CARO”, podendo implicar palavras técnicas, jargões técnicos, ou eufemismos políticos como “DESAFIOS ECONÔMICOS” que o pesquisador pode considerar como todas sendo iguais e, assim, colocá-las com o sentido implícito de “CARO”.
- **Desenvolver regras para codificar os textos:** O desenvolvimento de um conjunto de regras auxilia o pesquisador e garante que se esteja codificando conceitos consistentemente ao longo do texto, sempre da mesma maneira. Se o conceito de “DESAFIOS ECONÔMICOS” for

codificado como uma categoria diferente de “CARO” em um parágrafo, e em seguida categorizado como “CARO” no parágrafo seguinte, este dado será inválido. E, as interpretações seguintes serão inválidas.

- **Decidir o que fazer com as informações “irrelevantes”:** A próxima decisão do pesquisador é se uma informação irrelevante deve ignorada (WEBER, 1990), ou se será usada para reexaminar o esquema de codificação.
- **Codificação do texto:** Uma vez feitas as escolhas quanto a decisões irrelevantes, a etapa seguinte é codificar o texto. Isto pode ser feito manualmente, lendo-se o texto e manualmente escrevendo os conceitos ocorridos, ou pelo uso de softwares para tanto. Codificação com programas de computador é de grande ajuda. Pela inserção de categorias, programas de análise de conteúdo podem facilmente automatizar o processo de codificação e examinar grandes quantidades de dados em ampla variedade de textos de forma rápida e eficiente. Porém, a automatização depende muito da preparação e da construção de categorias. Quando a codificação é feita manualmente, o pesquisador pode identificar erros mais facilmente. Este problema é mais crítico quando ocorre a codificação com informação implícita, onde a preparação das categorias é essencial para uma codificação precisa.
- **Análise dos resultados:** Uma vez que a codificação está feita, pesquisam-se os dados e tenta-se obter conclusões e, se possível, fazer generalizações. Mas, antes disto ser feito faz-se necessário decidir o que fazer com as informações do texto que não foram codificadas. Uma opção inclui apagar ou pular tais informações, ou entender todas as informações como relevantes e importantes e usá-las para reexaminar, reassessar e talvez alterar o esquema de codificação. Deve-se ter em mente que a análise conceitual lida somente com dados quantitativos, e desta feita, a generalizabilidade é limitada. O pesquisador pode somente extrapolar o quanto os dados permitem. Mas, podem-se identificar tendências com que são indicadores de idéias mais amplas. Como no exemplo citado, a quantidade de citações indica que a ênfase nos aspectos econômicos de saúde pública é maior que na assistência a toda a população. Deve-se ter em mente que a análise conceitual é limitada por seu foco e pela natureza quantitativa dos dados examinados. A exploração das relações existentes entre os conceitos é feita pela análise relacional.

### 2.3.2 Análise de Conteúdo Relacional

Análise relacional assim como a conceitual começa com a identificação de conceitos presentes em um dado texto ou conjunto de textos. Porém, a análise relacional procura ir além da presença de conceitos pela exploração da relação entre os conceitos identificados. Palmquist, Carley e Dale (1997) asseveram que este tipo de análise é também conhecida por análise semântica e sua ênfase é a procura de relações semânticas ou de significados. Nesse sentido, conceitos individuais são vistos como não tendo significados inerentes. Assim, o significado ocorre da relação entre os conceitos em um texto.

- **Influências teóricas na Análise Relacional:**

Duas são as abordagens para a análise relacional. A abordagem linguística e a ciência cognitiva.

**Abordagem linguística** para análise de conteúdo enfoca a análise de textos no nível da unidade linguística, tipicamente uma oração (O sujeito e predicado, sendo este uma frase verbal). Gottschalk (1975) desenvolveu um procedimento que analisa cada oração em um texto e aloca uma nota numérica baseada em diferentes escalas emocionais/psicológicas. Outra técnica é codificar um texto gramaticalmente em orações e partes de discurso para estabelecer uma matriz de representação (CARLEY, 1990).

**Abordagem da ciência cognitiva** inclui a criação de mapas de decisão e modelos mentais. Mapas de decisão atentam para representar as relações entre idéias, crenças, atitudes e informações disponíveis para um autor quando da decisão em um texto. Estas relações podem ser representadas como lógicas, inferenciais, causais, sequencial, e relações matemáticas. Tipicamente, duas dessas ligações são comparadas em um estudo e analisados como redes. Heise (1987) teve por base o uso de lógica e ligações sequenciais para a análise de interação simbólica. Esta metodologia é considerada como uma técnica de mapeamento cognitivo generalizado em vez de uma abordagem específica de modelo mental.

**Modelos mentais** são grupos ou redes de conceitos inter-relacionados que refletem percepções conscientes ou subconscientes da realidade. Para cientistas cognitivos, estruturas mentais internas são criadas quando as pessoas fazem inferências e obtêm informações sobre o mundo. Modelos mentais é uma abordagem mais específica para o mapeamento porque podem ser analisados numérica e graficamente. Estes modelos fortemente se assentam no uso de computadores para a análise e representações de

construção de mapeamento. Em geral, esta abordagem segue as seguintes etapas: Identificação de conceitos, Definição de tipos de relacionamento, Codificar os textos como nas etapas `1` e `2`, Codificar as declarações e Apresentação gráfica e análise numérica dos mapas resultantes.

Para criar um modelo, deve-se converter o texto em um mapa de conceitos e suas relações, o mapa e então analisado no nível dos conceitos e declarações, sendo que uma declaração consiste de dois conceitos e de seu relacionamento. Carley (1990) assevera que isto torna possível a comparação de ampla variedade de mapas, representando múltiplas fontes de informações, informações implícitas e explícitas, assim como cognições socialmente compartilhadas.

- **Análise relacional: Visão geral dos métodos.**

A análise relacional requer que primeiramente decidam-se quais conceitos serão explorados na análise. As etapas aqui apresentadas são algumas possibilidades disponíveis aos pesquisadores que realizam análise de conteúdo. As diversidades de técnicas disponíveis indicam a versatilidade do método e sua emergência. O processo de análise relacional embora auxiliado por programas de computador, ainda é lento e requer tempo para ser realizado. A maior vantagem deste método é que tem grande rigor estatístico sem perder a riqueza de detalhes que aparecem nos métodos qualitativos.

- **As subcategorias da análise relacional:** A análise relacional apresenta três subcategorias, quais sejam: Extração afetiva, análise de proximidade e mapeamento cognitivo.

**A extração afetiva** provê uma avaliação emocional dos conceitos explícitos no texto. A desvantagem, ou problema, com isto é que emoção pode variar no tempo e no espaço, ou entre as populações. Mesmo assim, pode ser um importante meio para a exploração do estado emocional/psicológico tanto do emissor da mensagem oral ou escrita (GOTTSCHALK, 1995).

**Análise de proximidade** investiga com a co-ocorrência dos conceitos explícitos no texto. Neste método, um dado conjunto de palavras (uma janela) é determinado. Esta janela é então analisada através do texto para verificar a co-ocorrência dos conceitos. O resultado é a criação de um conceito determinado pela matriz de conceitos. Ou, a matriz ou o grupo de conceitos inter-relacionados que ocorrem conjuntamente podem sugerir um significado mais genérico. Esta técnica tem como problema o fato de os recortes de janelas feitos somente explicitam conceitos e tratam os significados como co-ocorrência próxima.

Outras técnicas como “clustering”, agrupamento, e escalonamento são úteis na análise de proximidade.

**Mapeamento cognitivo** permite avançar as análises dos resultados obtidos das abordagens anteriores atentando, assim, avançar os processos acima pela representação visual dos relacionamentos para comparação. Sendo os resultados das análises de proximidade ou extração afetiva a preservação da ordem do texto, o mapeamento cognitivo busca criar um modelo geral de significados do texto. Isto pode ser representado como um mapa gráfico que representa as relações entre os conceitos.

Nesse sentido, o mapeamento cognitivo permite a comparação de conexões semânticas ao longo do texto. Isto é conhecido como análise de mapa que permite comparações para explorar “como significados e definições mudam através de pessoas e tempo” (PALMQUIST, CARLEY e DALE, 1997) de acordo com o foco do pesquisador. Esta variedade indica as premissas teóricas que suportam o mapeamento: modelos mentais são representações das inter-relações de conceitos que refletem a percepção consciente ou inconsciente da realidade; linguagem é a chave para entender os modelos; e os modelos podem ser representados como redes (CARLEY, 1990).

- **Etapas para a realização da análise relacional.**

As etapas a seguir apresentadas podem ser seguidas para a codificação do texto ou de um conjunto de textos para a análise relacional.

- i. Identifique a questão de pesquisa. A questão de pesquisa indica o que se quer fazer e por que. Sem uma questão de pesquisa, os tipos de conceitos e opções que se abrem são infinitos e, portanto, as análises tornam-se difíceis.
- ii. Escolha uma amostra ou amostras para a análise. Após a identificação da questão de pesquisa, devem-se selecionar os textos/discursos (ou partes destes). Para a análise de conteúdo relacional, a consideração primária é quanta informação preservar para a análise. Deve-se evitar a coleta de poucas informações, pois, pode limitar a análise e neste caso produzir resultados irrelevantes.
- iii. Determine o tipo de análise. Uma vez escolhidas as amostras para a análise, faz-se necessário determinar que tipo ou tipos de relacionamentos espera-se examinar. Há diferentes subcategorias de análise relacional que podem ser usadas para examinar as relações no texto.

Uma vez escolhida a subcategoria de análise, os textos selecionados precisam ser revistos para determinar o nível de análise. O pesquisador precisa decidir se codifica para uma simples palavra, ou para um conjunto de palavras ou frases.

- iv. Reduzir o texto para categorias e codificar as palavras ou padrões.  
No nível mais simples, pode-se codificar para a existência. Isto não implica em resultados simplistas, pois, muitos estudos adotam com muito sucesso esta abordagem. Alguns estudos não atentam estabelecer as relações entre conceitos; mas, observar mudanças na presença de conceitos ao longo de uma situação específica e, em seguida, comparar as análises do início da situação estudada com seu final.
- v. Explorar as relações entre os conceitos (força, sinal e direção).  
Uma vez codificadas as palavras, o texto pode ser analisado para as relações entre os conceitos.

**A força do relacionamento.** Refere-se ao grau com que dois ou mais conceitos estão relacionados. Estas relações são simples de analisar, comparar e colocar em gráfico quando todas as relações entre os conceitos considerados são iguais. Porém, atribuir força às relações implica em grande grau de detalhes encontrados no texto original. A identificação da força de relacionamentos é importante para a determinação se determinadas palavras estão relacionadas em uma parte específica do texto, da frase ou da ideia.

**O sinal do relacionamento.** Refere-se se os conceitos estão relacionados de forma positiva ou negativa. O uso da codificação de sinal para relações pode indicar se as palavras sob investigação são usadas de forma adversa ou em favor do conceito, isto pode ser perigoso, mas, importante para estabelecer significados.

**Direção da relação.** Refere-se aos tipos de categorias relacionadas. A codificação para este tipo de informação pode ser útil para estabelecer o impacto de uma nova informação no processo de decisão. Vários tipos de relacionamento são do tipo: “X implica Y”, “X ocorre antes de Y”, e “se X então Y”. Em uma análise de audiência no congresso a palavra “talvez” implica “dúvida”; “talvez ocorre antes de alguma explicação”. Em alguns casos, os conceitos podem ser bi-direcionais, ou tendo influencia igual.

- vi. Codificar as relações. Uma das principais diferenças entre a análise conceitual e a relacional é que as declarações ou

- relacionamentos entre os conceitos são codificados.
- vii. Fazer análise estatística. Envolve a condução de análises estatísticas dos dados codificados na análise relacional. Isto pode envolver explorar as diferenças ou procurar por relacionamentos entre as variáveis identificadas no estudo.
  - viii. Mapear as representações. Em adição a análise estatística, análise relacional leva a ver as representações dos conceitos e suas representações no texto (ou ao longo do texto) de forma gráfica ou de mapas. Análise relacional também pode ser informada por meio de diferentes abordagens teóricas como análise de conteúdo linguística, mapas de decisão e modelos mentais.

A discussão até este ponto centrou-se em introduzir a Análise de Conteúdo e seus tipos. A sessão a seguir enfatiza o como fazer a análise de conteúdo em termos gerais. O leitor deve ter em mente que a realização da análise de conteúdo, a seguir, é uma abordagem geral aplicável aos métodos acima citados.

### 3 REALIZANDO ANÁLISE DE CONTEÚDO QUANTITATIVA

Krippendorff (1980) sugere seis questões que devem ser respondidas em toda análise de conteúdo, quais sejam: 1. Qual dado analisar?; 2. Como são definidos?; 3. Qual é a população de onde os dados serão extraídos?; 4. Qual é o contexto relativo a que os dados serão analisados?; 5. Quais são os limites da análise?; 6. Qual é o objetivo das inferências?

#### 3.1 Análise de dados

A noção mais comum da análise de conteúdo é a de contagem de frequência de palavras. Esta visão assume que as palavras mais citadas são as que refletem interesse de pesquisa. Isto pode ser verdade para alguns casos, mas, há vários pontos e contrapontos relativamente a esta visão.

Um ponto é que sinônimos podem ser usados por questões de estilo o que pode levar os pesquisadores a menosprezarem a importância do conceito (WEBER, 1990). Também, as palavras podem não representar a categoria sob investigação e podem ter diferentes significados como “ESTADO” que pode representar um corpo político ou uma situação.

Uma regra prática para isso é o uso da contagem de frequência de palavras para identificar palavras com potencial interesse e depois testar a consistência das palavras usadas. Há softwares que

fazem isso como NUD\*IST, dentre outros. A riqueza da análise de conteúdo e de sua importância é a confiança na codificação e categorização dos dados. O básico da categorização pode ser resumido da seguinte maneira: Uma categoria é um grupo de palavras com significados ou conotações similares (WEBER, 1990). Categorias precisam ser mutuamente exclusivas e exaustivas (GAO, 1996). Mutuamente exclusiva existe quando nenhuma unidade recai em mais de duas categorias e cada unidade é representada por uma categoria. Exaustiva quando todas as unidades estão categorizadas.

#### 3.2 Codificação emergente vs a priori

Codificação emergente é estabelecida seguindo algum exame preliminar dos dados (HANEY, RUSSEL, GULEK e FIERROS, 1998). Primeiramente dois pesquisadores independentes analisam o material e elaboram uma lista para a verificação dos dados. Depois, comparam suas notas e reconciliam as diferenças em suas listas. Em seguida, fazem a codificação com a lista consolidada. Por fim, verificam a validade da codificação (deve ter 95% de concordância, ou índice de 0,8 de Kappa de Cohen). Se não houver a validade faz-se de novo até obter tal validade.

A codificação a priori ocorre por meio de uso de teoria. Colegas tem que concordar com as categorias e então aplicar aos dados. Revisões são feitas se forem necessárias (WEBER, 1990).

**Unidades de codificação.** Há três maneiras de definir unidades de codificação. A primeira é defini-las fisicamente em termos de suas fronteiras intuitiva ou natural como artigos de jornais, cartas ou mesmo poema. A segunda é pela definição sintaticamente, ou usando as separações criadas pelo autor como palavras, sentenças ou parágrafos. A terceira dá-se pelo uso de unidades de referências. Unidades de referência referem-se à maneira como uma unidade é representada. Por exemplo, pode-se referenciar EDSON ARANTES DO NASCIMENTO como Pele, ou o Eterno Camisa 10 do Santos ou o melhor jogador de futebol de todos os tempos, este método é útil para quem quer investigar atitudes, valores ou preferências. Um quarto método de definir unidades de codificação é pelo uso de unidades proposicionais que são as mais complexas devido ao fato de investigarem premissas encobertas ou não explícitas; objetiva-se dividir em partes menores o texto para entender proposições ocultas. Por exemplo: Investidores recebem outro golpe enquanto a Bolsa de valores continua em baixa. Podemos dividir isso em: O mercado de ações tem desempenho ruim recentemente/Investidores perdem dinheiro na bolsa de valores, como exposto por Krippendorff (1980).

### PROPÓSITOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

PROPÓSITO	QUESTÕES	PROBLEMA DE PESQUISA
Descrever as características de conteúdo	Que?	Descrever tendências no conteúdo da comunicação Relacionar características conhecidas das fontes das mensagens que produzem Verificar conteúdo de comunicação com padrões
	Como?	Analisar técnicas de persuasão Analisar estilo
	Para Quem?	Relacionar características conhecidas da audiência com as mensagens para ela produzida Descrever padrão de comunicação

PROPÓSITO	QUESTÕES	PROBLEMA DE PESQUISA
Fazer inferências sobre as causas do conteúdo	Por que	Garantir inteligência política e militar Analisar traços psicológicos dos indivíduos Inferir aspectos culturais e mudanças culturais Prever evidências
	Quem	Responder questões de autoria
Fazer inferências sobre os efeitos do conteúdo	Com qual efeito	Mensurar a leitura Analisar o fluxo de informação Acessar respostas à comunicação

Fonte: Krippendorff (1980).

#### 4 ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA

Para Graneheim e Lundman (2003) o pressuposto básico na análise de conteúdo qualitativa é que a realidade pode ser interpretada de várias maneiras e o entendimento é dependente de interpretação subjetiva. Nesse sentido, um texto sempre envolve múltiplos significados e sempre haverá algum grau de interpretação.

Análise de conteúdo qualitativa é uma dentre várias outras metodologias usadas para analisar dados de textos. Esta metodologia foca nas características da linguagem da comunicação com atenção ao conteúdo ou significados contextuais do texto (BUDD, THORP e DONOHEW, 1967; LINDKVIST, 1981, McTAVISH e PIRRO, 1990, TESCH, 1990). Dados de texto podem ser verbal, impresso, ou eletrônico e podem ser obtidas por meio de respostas narrativas, questões semi-abertas, entrevistas, grupos de foco, observações ou mídia impressa como artigos, revistas,

livros ou manuais (KONDRACKI e WELLMAN, 2002).

Análise qualitativa vai além da simples contagem de palavras para examinar intensivamente a linguagem para o propósito de classificar grandes quantidades de texto em um número eficiente de categorias que representam significados similares (WEBER, 1990). Estas categorias podem representar tanto a comunicação explícita quanto à inferida.

Define-se, assim, análise de conteúdo qualitativa como um método de pesquisa para a interpretação subjetiva do conteúdo dos dados de um texto pelo processo sistemático de codificação e identificação de temas ou padrões (HSIEH e SHANON, 2005).

Análise de conteúdo qualitativa engloba três abordagens. A convencional, a direta e a acumulativa. Todas são usadas para interpretar os dados de um texto pelo paradigma naturalista.



**A convencional** é usada quando o objetivo do estudo é a descrição do fenômeno. É apropriada quando a teoria existente ou a literatura revisada sobre o fenômeno pesquisado é limitada. Os pesquisadores evitam usar categorias pré-concebidas (KONDRACKI e WELLMAN, 2002), em vez disso, as categorias e nomes das categorias fluem dos dados por meio da imersão do pesquisador nos dados coletados (TESCH, 1990). Dependendo do propósito da investigação, pesquisadores podem decidir pela identificação das relações entre categorias e subcategorias baseado na ocorrência conjunta das categorias, antecedentes, ou consequências (MORSE e FIELD, 1995).

**A análise direta** faz-se uso quando a teoria em mão é incompleta acerca do fenômeno ou pode se beneficiar de uma investigação mais profunda. Esta metodologia é mais usada para validar ou expandir uma teoria ou conceito, assim, é um método dedutivo (POTTER e LEVINE-DONNERSTEIN, 1999, MAYRING, 2000). Esta metodologia é mais estruturada que a convencional. Ao usar a teoria existente ou pesquisas anteriores, podem-se identificar conceitos chaves ou variáveis como códigos iniciais de categorias.

**A acumulativa** começa com a identificação e quantificação de certas palavras em um texto com o propósito de entender o uso contextual de uma palavra ou conteúdo. Esta quantificação objetiva explorar usos de conceitos e/ou palavras que é uma análise de conteúdo manifesto e, assim, se a pesquisa parar aqui torna-se quantitativa com foco na contagem de frequência de palavras ou conteúdos específicos (KONDRACKI e WELLMAN, 2002). A análise acumulativa vai além da simples contagem para incluir análise de conteúdo latente. A análise de conteúdo latente refere-se à interpretação do conteúdo (HOLSTI, 1969). Nesta análise o foco está na descoberta de significados ocultos de palavras e conteúdos (BABBIE, 1992; MORSE e FIELD, 1995).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise de conteúdo é uma técnica para análise de dados tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Pela abordagem quantitativa pode-se quantificar a ocorrência de palavras e/ou conceitos importantes para o pesquisador com vistas a identificar a importância destes. A abordagem qualitativa permite análises mais profundas destas palavras e/ou conceitos e, neste sentido, pode-se identificar relações em torno de termos, ou temas, centrais à pesquisa que podem levar à proposição de hipóteses e constructos que poderão ser verificados por técnicas estatísticas multivariadas.

Análise de conteúdo quando aplicada à revisão da literatura pelo pesquisador pode ser importante instrumento para a construção de hipóteses e modelos teóricos a serem testados ou mesmo serem validados por experimentos. Especial uso para esta análise encontra-se em estudos bibliográficos e similares.

Quanto as suas limitações, deve-se considerar que este tipo de análise requer forte ênfase em sua validação devido à sua própria natureza interpretativa, em especial, quando feita qualitativamente.

## REFERÊNCIAS

- Babbie, E. (1998). *The practice of social research*. New York: Macmillan.
- Berelson, B. (1952). *Content Analysis in Communications Research*. New York, NY: Free Press.
- Budd, R. W., Thorp, R. K., & Donohew, L. (1967). *Content analysis of communications*. New York: Macmillan.
- Busch, C.; De Maret, P.S.; Flynn, T.; Kellum, R.; Brad S. L.; R White, R.; Mike Palmquist, M. (1994 - 2012). *Content Analysis*. Writing@CSU. Colorado State University. Available at <http://writing.colostate.edu/guides/guide.cfm?guidid=61>.
- Carley, K. (1990). *Coding choices for textual analysis: A comparison of content analysis and map analysis*. Unpublished Working Paper.
- Downe-Wamboldt, B. (1992). *Content analysis: Method, applications, and issues*. *Health Care for Women International*, 13, 313-321.
- Gao (1996) *Content Analysis: A Methodology for Structuring and Analyzing Written Material*.
- Gottschalk, L. A. (1995). *Content Analysis of verbal behavior: New findings and clinical applications*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Granehein, U.H.; Lundman, B. (2003). *Qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness*. *Nurse Education Today*, 24, 105-112.

- Haney, W., Russell, M., Gulek, C., and Fierros, E. (Jan-Feb, 1998). Drawing on education: Using student drawings to promote middle school improvement. *Schools in the Middle*, 7(3), 38-43.
- Heise, D. R. (1987). Affect Control Theory: Concepts and models. *Journal of Mathematical Sociology*: 13:1-31.
- Holsti, O. (1969). *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Hsieh, Hsiu-Fang; & SHANNON, S. E.. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, Vol. 15 No. 9, 1277-1288.
- Kerlinger, F. N. (1973). *Foundations of Behavioral Research*, 2nd edition. New York, NY: Holt, Rinehart & Winston.
- Kleinnijenhuis, J.; Van Den Hooff, B.; Utz, S.; Vermeulen, I.; Huysman, M. (2011). *Social Influence in Networks of Practice: An Analysis of Organizational*
- Communication Content. *Communication Research*, v. 38, n. 5, p. 587-612
- Kondracki, N. L., & Wellman, N. S. (2002). Content analysis: Review of methods and their applications in nutrition education. *Journal of Nutrition Education and Behavior*, 34, 224-230.
- Kondracki, N. L., & Wellman, N. S. (2002). Content analysis: Review of methods and their applications in nutrition education. *Journal of Nutrition Education and Behavior*, 34, 224-230.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Lal Das, D.K and Bhaskaran, V (eds.). (2008) *Research methods for Social Work*, New Delhi: Rawat, pp.173-193.
- Lasswell, H. D. (1968). *Propaganda Technique in the World War*. New York, NY: Knopf.
- Lindkvist, K. (1981). Approaches to textual analysis. In K. E. Rosengren (Ed.), *Advances in content analysis* (pp. 23-41). Beverly Hills, CA: Sage.
- Mayring, P. (2000). Qualitative content analysis. *Forum: Qualitative Social Research*, 1(2). Retrieved March 10, 2005, from <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-00/02-00mayring-e.htm>.
- McTavish, D.-G., & Pirro, E.-B. (1990). Contextual content analysis. *Quality and Quantity*, 24, 245-265.
- Morgan, D. L. (1993). Qualitative content analysis: A guide to paths not taken. *Qualitative Health Research*, 3, 112-121.
- Morse, J. M., & Field, P. A. (1995). *Qualitative research methods for health professionals* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Nandy, B. R., & Sarvela, P. D. (1997). Content analysis reexamined: A relevant research method for health education. *American Journal of Health Behavior*, 21, 222-234.
- Palmquist, M. E.; Carley, K. M.; Dale, T. A. (1997). Two applications of automated text analysis: Analysing literary and non-literary texts. In C. Roberts (Ed.), *Text Analysis for the Social Sciences: Methods for Drawing Statistical Inferences from texts and Transcripts*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Potter, W. J., & Levine-Donnerstein, D. (1999). Rethinking validity and reliability in content analysis. *Journal of Applied Communication Research*, 27, 258-284.
- Rosengren, K. E. (1981). Advances in Scandinavia content analysis: An introduction. In K. E. Rosengren (Ed.), *Advances in content analysis* (pp. 9-19). Beverly Hills, CA: Sage.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types and software tools*. Bristol, PA: Falmer.
- Weber, R.P., 1990. *Basic Content Analysis*, second ed. Series: Sage University Papers. Quantitative Applications in the Social Sciences, vol. 49. Sage Publications Ltd., London.
- Woodrum, E. (1984). Mainstreaming content analysis in social science: Methodological advantage-obstacles and solutions, *Social Science Research*, 13(2): 1-9.